

Salvaguarda do Património Cultural em Risco:

Os organismos internacionais

Isabel Raposo de Magalhães

magalhaes.isabel@gmail.com



Introdução

Os últimos anos demonstraram que, numa escala global, os desastres são frequentes, inevitáveis e, por vezes, catastróficos, semeando morte, desolação, destruição e prejuízos incalculáveis. Alguns deles, sobretudo os relacionados com alterações climáticas, têm de ser seriamente levados em consideração, num futuro próximo, pois os cientistas temem que o aquecimento global possa vir a modificar o perfil dos riscos associados: inundações, tempestades, incêndios¹, seca.

O facto é que, desde o início do ano, os terremotos de Haiti, Japão, Chile, Taiwan, Sumatra; as tremendas inundações no Brasil, Peru, China, Índia, Paquistão e México; as tempestades que assolaram a Madeira, França, Espanha, Bélgica, Polónia, Alemanha; as erupções vulcânicas da Islândia e Java; os incêndios em Portugal, Rússia, Austrália... levaram os organismos internacionais a alertar para que a redução de riscos é um problema (premente) de todos, que requer a participação e o empenho de governos, de organizações da sociedade civil e de redes de profissionais.

Reflectir sobre os perigos e ameaças, as fragilidades e vulnerabilidades que afectam o nosso património, partilhando experiências e conhecimentos e, sobretudo, cooperando na procura de medidas e

instrumentos eficazes de prevenção, de detecção precoce e de protecção, é fundamental.

A gestão de incidentes/catástrofes deve ser coordenada, eficaz, operacional e isso só é possível colaborando: com as estruturas governamentais de salvamento, com os institutos e organizações patrimoniais, com as instâncias nacionais e internacionais² vocacionadas para a salvaguarda dos bens culturais.

Actuação dos organismos internacionais

Não é por acaso que o grande tema de reflexão actual da UNESCO, do ICCROM e das ONG ligadas à salvaguarda do Património³ se centra nas alterações climáticas e na forma como poderão vir a afectar os bens culturais, testemunhos únicos e insubstituíveis de história, de memória e de identidade.

As instituições responsáveis pela sua gestão devem, pois, preparar-se estabelecendo uma política de preservação, assente numa avaliação de riscos e no planeamento da sua intervenção de forma a minimizar perdas e danos, tanto mais que os fenómenos e riscos naturais são muitas vezes recorrentes, se os analisarmos no tempo longo da História, a prazo de décadas e de séculos.

1. Há previsões que apontam para um aumento do risco de incêndio em Portugal continental, até ao fim do século, por factores da ordem dos 2 a 5. Ver SANTOS, Filipe, FORBES, K, MOITA, R "Climate Change in Portugal: Scenarios, Impacts and Adaptation Measures" SIAM Project, Lisboa, Gradiva, 2002. Se se tiver em consideração que, segundo dados da Autoridade Florestal Nacional, os fogos florestais consumiram, até 15 de Setembro, 117.949 hectares, tem-se uma dimensão do problema.



1 2

De uma maneira geral, a actuação destes organismos abrange diversas componentes estratégicas:

01

O levantamento sistemático dos riscos e das catástrofes sobre o Património tendo em vista a organização de uma base de dados que possa fornecer dados estatísticos (frequência, tipologia, características, efeitos...) indispensáveis para a implementação de uma verdadeira política de prevenção;

02

A implementação de planos de segurança (prevenção e emergência) nas instituições detentoras de acervos e colecções patrimoniais. Avaliar e gerir os riscos, considerando o seu impacto imediato e consequências futuras; definir medidas de prevenção a tomar; neutralizar os seus efeitos; determinar a amplitude dos estragos e programar a recuperação de acervos e colecções, tudo isto faz parte de um plano tipo;

03

A realização de acções de sensibilização e de formação: seminários, workshops, cursos, para consciencializar e preparar as instituições patrimoniais para desenvolverem mecanismos de prevenção e resposta adequada a situações de crise ou catástrofe. Formação que deve abranger simultaneamente os profissionais da protecção civil, nomeadamente os bombeiros, para que os meios de acção e de intervenção sejam adequados à realidade destas instituições;

04

A elaboração de normas e instruções, consubstanciadas em textos e manuais, e a sua publicação;

05

A mobilização da ajuda internacional, recorrendo a programas de financiamento para a reconstrução e o desenvolvimento, conseguindo desbloquear verbas e auxílios, nomeadamente de especialistas susceptíveis de sensibilizar, aconselhar e de intervir rapidamente em situações de risco e de emergência despoletados por catástrofes naturais ou guerras.

1 | Cadeiral Igreja do Lorvão. Arquivo do IMC (ex-IJF).

2 | Teatro Nacional D. Maria II. 1964. Arquivo IHRU/ex-DGEMN. IPA 031106310043. Foto 513344.

2. Alguns Institutos e sites vocacionados para a Prevenção e Salvaguarda do Património:

- American Institute for Conservation;
www.conservation-us.org
- Canadian Conservation Institute;
www.cci-icc.gc.ca
- Conservation on Line;
www.cool.conservation-us.org
- Getty Conservation Institute;
www.getty.edu
- Heritage Preservation;
www.heritagepreservation.org
- United Kingdom Institute for Conservation;
www.icon.org.uk
- Netherlands Institute of Cultural Heritage;
www.icn.nl
- Disaster Preparedness;
www.fema.gov
- International Committee of the Blue Shield;
icom.museum/emergency.html
- Federal Emergency National Task Force;
www.heritagepreservation.org
- Library of Congress Emergency;
www.loc.gov/preserv/emergprep/prepare
- Comité Internacional do Escudo Azul;
www.ifla.org/blueshield.htm

Ver em:

whc.unesco.org

os anexos IV e V do recém-editado "Managing Disaster Risks for World Heritage".

“

Os inventários são, pois, instrumentos fundamentais de salvaguarda do património, facilitando a sua recuperação (roubos) permitindo a sua requalificação (restauros), ou, em último caso, preservando a sua memória.

”



3 | Pintura do séc. XV desaparecida em 1965, in LARANJO, F.J.Cordeiro – A igreja de Santa Maria de Almacave. Lamego (s.n.) 1980. p. 41-43.

Em Portugal

Por força do Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de Novembro, museus, monumentos, bibliotecas e arquivos, são obrigados a estabelecer regulamentos de segurança, pelo que é previsível que, a breve prazo, esta prática se estenda e generalize nestas instituições, que albergam acervos e colecções patrimoniais, contribuindo para a salvaguarda da memória e herança culturais do país.

Porque, olhando para trás, à procura da memória das coisas, constatamos que Portugal tem tido a sua quota-parte de “desastres” que causaram danos patrimoniais muito significativos. Os sismos de Lisboa (1755) e Angra (1980), particularmente severos em termos patrimoniais, as inundações de 1967 (catastróficas para as colecções do Museu Gulbenkian guardadas no Palácio Pombal, em Oeiras), o incêndio da zona histórica do Chiado (1988) são momentos particularmente dramáticos numa longa lista de incidentes onde pontuam os

incêndios dos palácios de Queluz (1934) e Ajuda (1975), das Igrejas de S. Domingos (1959) e do Convento do Lorvão (em 1970, tendo-se perdido dezassete assentos do magnífico cadeiral) (Fig.1), o teatro D. Maria (1964) (Fig.2), o antigo Colégio dos Nobres (1978), o edifício dos Paços do Concelho, em 1996, entre muitos outros⁴.

E, é preciso termos consciência que esses incidentes são responsáveis pela degradação, destruição e desaparecimento do Património nacional, móvel e imóvel. O registo (a imagem) é, tantas vezes, a única evidência que nos chega deste Património, o que nos fica da sua existência e história, como é o caso da imagem da Fig.3, uma pintura do século XV desaparecida no incêndio da Igreja de Santa Maria de Almacave, em 1965. Os inventários são, pois, instrumentos fundamentais de salvaguarda do património, facilitando a sua recuperação (roubos) permitindo a sua requalificação (restauros) ou, em último caso, preservando a sua memória.

3. Entre as quais o Comité Internacional do Escudo Azul, considerado o equivalente da Cruz Vermelha para os bens culturais, o ICOM (museus), o ICOMOS (monumentos e sítios), o ICA (arquivos) e a IFLA (bibliotecas).

4. Uma listagem mais extensa, se bem que naturalmente muito incompleta, poderá ser consultada no artigo da autora “O património e a sua sobrevivência: imagem, memória, arquétipo” que sairá brevemente na revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A autora tem, também em fase de publicação o artigo “O património móvel e a sua sobrevivência: riscos e prevenção”, que sairá na próxima revista do IGESPAR.